

APMP vai à Alesp para tratar sobre orçamento do Ministério Público

Proposta do governo estadual prevê aumento de apenas 6,74% para a instituição

Dia Especial da Saúde teve exames gratuitos

Foto: Fábio Foja/APMP



Evento do Departamento Médico da APMP atendeu mais de 300 pessoas na Sede Executiva e no Fórum da Barra Funda com serviços de medição de pressão arterial e massagem e exames de glicemia e colesterol. *Página 6*

Dia das Crianças reuniu mais de 350 pessoas

Foto: Rodrigo Alencar/APMP



A festa do Dia das Crianças da APMP na Sede Campestre, que teve como tema “Os Smurfs”, reuniu mais de 350 pessoas, entre crianças, adolescentes e familiares. Somente os menores de sete anos foram 93. *Página 6*

A proposta orçamentária encaminhada pelo governador Geraldo Alckmin prevê aumento para o Ministério Público de apenas 6,74% em 2014, menos do que o previsto para o Tribunal de Justiça, 10,34%, e para a Defensoria Pública, 11,51%. Por isso, o presidente da APMP tem ido à Assembleia Legislativa para conversar com deputados sobre o assunto. “Não podemos aceitar essa diferença de tratamento. Por diversas vezes, a APMP solicitou à Procuradoria-Geral de Justiça a proposta orçamentária, para que fosse debatida e aberta a sugestões dos membros do MP, mas não fomos atendidos”, comentou Felipe Locke Cavalcanti. *Páginas 2 e 3*

Jornal diz que MPs sofrem ‘intervenção política’

Reportagem do jornal O Estado de S. Paulo afirmou que “os Ministérios Públicos sofrem flagrante intervenção política” no Brasil. Trecho do texto diz: “A interferência do chefe do Executivo local no Ministério Público é mais visível nos Estados que no âmbito federal. O governador não precisa consultar o Legislativo para escolher um nome de uma lista triplíce para o cargo de procurador-geral de Justiça”. *Página 3*

DESVALORIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Nos últimos anos, o Ministério Público do Estado de São Paulo tem recebido as piores dotações orçamentárias da história. Um estudo inédito que está sendo concluído pela nossa Associação aponta, entre outras coisas, que, no período de 2004 a 2012, o percentual de gasto com pessoal da Receita do Estado no Ministério Público caiu 33%. Trata-se de uma prova eloquente da desvalorização que, infelizmente, a instituição tem enfrentado em São Paulo.

E agora, no mês de outubro, os colegas foram informados que a previsão de aumento para o Ministério Público em 2014, na proposta orçamentária encaminhada à Assembleia Legislativa pelo governador Geraldo Alckmin, é de 6,74% - percentual bem inferior ao que é previsto, por exemplo, para o Tribunal de Justiça, de 10,34%, e para a Defensoria Pública, de 11,51%. É uma situação inaceitável, sem argumento que a justi-

fique. A classe tem reclamado. E com razão.

No primeiro semestre, a Associação Paulista do Ministério Público protocolou diversos ofícios à Procuradoria-Geral de Justiça pedindo cópia da proposta orçamentária antes que ela fosse remetida ao governador, para análise dos colegas e envio de sugestões. Nada recebemos. Agora, a diretoria da APMP procura conversar diretamente com os deputados estaduais, responsáveis por votar e aprovar o orçamento, para tentar sensibilizá-los sobre nossa situação (*leia notícia na página 3*). Não vamos nos omitir. O Ministério Público representa e defende os interesses da sociedade. Exatamente por isso, merece respeito. E muito mais valorização.



Felipe Locke Cavalcanti

Presidente da Associação Paulista do Ministério Público

CARTAS

“Foi uma experiência fantástica a que tivemos ao participar da 18ª Conferência Anual da International Association of Prosecutors (IAP), em Moscou. Foi uma boa forma de conhecer a realidade e a estrutura do Ministério Público do mundo inteiro. Esse intercâmbio é muito importante para o aprimoramento das instituições. O Ministério Público sempre está em evolução, assim como toda instituição democrática, e o intercâmbio com vários países permite discutir problemas e encontrar soluções. Gostaria de agradecer à APMP por ter dado essa oportunidade de participação no evento, ao custear as inscrições para seus associados, e também o apoio que tem dado ao Ministério Público de Contas. Por fim, congratulamos a Associação pelo seu ingresso na IAP, o que, com certeza, ainda vai dar frutos muito proveitosos para a instituição.” - **João Paulo Gior-**

dano Fontes, procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado

“A APMP e sua diretoria estão de parabéns pela criação do canal de TV Web e o telejornal online APMP News. É um instrumento necessário para a divulgação das atividades e serviços para os associados, levando imediatamente a notícia de interesse de todos os promotores de Justiça do Estado de São Paulo e tornando, assim, mais rápida a comunicação entre os interessados e a Associação.” - **Orestes Blasi Junior, promotor de Justiça aposentado**

“Tive contato com o telejornal APMP News, por intermédio da jornalista Dora Estevam, e gostei muito. Ficarei sempre atento para acompanhar as reportagens de nosso interesse.” - **Antonio Sergio Caldas de Camargo Aranha, do Departamento de Aposentados da APMP.**

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

DIFERENÇA DEVIDA AOS SUBSTITUTOS

A APMP protocolou documento na Procuradoria-Geral de Justiça pleiteando verbas devidas aos promotores de Justiça substitutos relativas ao período de 2000 a 2005. A Associação requer: a) pagamento das diferenças relativas à indevida minoração do valor de referência assinalado aos promotores de Justiça substitutos não vitalícios; e b) pagamento das diferenças de verba de representação indevidamente reduzida em 52 pontos percentuais, ambos para os que tenham exercido cargo de promotor de Justiça substituto entre janeiro de 2000 e 21 de dezembro de 2005, repercutindo o recálculo sobre os demais pagamentos e parcelas subsequentes, a serem apurados individualmente, tudo corrigido, atualizado e com juros.

PAGAMENTO DE AUXÍLIO-MORADIA

Outro protocolo feito pela APMP na PGJ requer pagamento auxílio-moradia aos membros do Ministério Público de São Paulo, conforme dispõe o artigo 181, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público). O referido dispositivo legal prevê que, além dos vencimentos, poderá ser outorgado ao membro do Ministério Público “auxílio-moradia nas Comarcas em que não haja residência oficial condigna”. Recentemente, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, baixou a portaria nº 652/13, que regulamentou o pagamento do auxílio moradia aos membros do Ministério Público da União. A medida foi publicada no Diário Oficial de 19 de setembro de 2013.



Boletim Informativo da Associação Paulista do Ministério Público
Ano I, Nº 6, Outubro de 2013

Produção: Departamento de Publicações / Assessoria de Imprensa
Jornalista Responsável: Marcos Palhares (MTb: CE 01144 JP)
Diretores do Departamento de Publicações: Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, Valéria Maiolini
Encarregado do Departamento: Rodrigo Vicente de Oliveira
Assessoria de Imprensa: Marcos Palhares, Dora Estevam
Reportagem, textos e edição: Marcos Palhares
Diagramação: Marcelo Soares / Paulo Damaceno

Fotos: Adeilson Diego, Fábio Foja, Rodrigo Alencar, Rodrigo Cravo
Apoio: Adriano Cavalcante / Luiz Vieira (Depto. de Informática)

APMP – GESTÃO 2013/ 2014

Presidente: Felipe Locke Cavalcanti
1º Vice-presidente: José Oswaldo Molinoire
2º Vice-presidente: José Caleiro Filho
1º Secretário: Márcio Sérgio Christino
2º Secretária: Tatiana Callé Heilman
1º Tesoureiro: Marcelo Rovere
2º Tesoureiro: Francisco Antonio Gnipper Cirillo
Diretora de Aposentados: Cyrdêmia da Gama Botto

Diretora de Patrimônio: Fabíola Moran Faloppa
Diretor de Relações Públicas: Paulo Penteado Teixeira Junior
Diretor de Prerrogativas: Saad Mazloum
Conselho Fiscal: Antonio Bandeira Neto, Enilson David Komono e Luiz Marcelo Negrini de Oliveira Mattos (titulares); José Márcio Rossetto Leite, Pedro Eduardo de Camargo Elias e Rogério Sanches Cunha (suplentes).

Associação Paulista do Ministério Público
Rua Riachuelo, nº 115, 11º andar - Centro
São Paulo (SP) - CEP 01007-904.
Telefone: (11) 3188-6464
www.apmp.com.br

Presidente da APMP conversa com deputados sobre orçamento do MP

Proposta prevê aumento de 10,3% para o TJSP, de 11,5% para a Defensoria e de só 6,7% para o MP

Foto: Assessoria de Imprensa/APMP



O presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, em conversa com os deputados Beto Tricoli e Marco Aurélio

O presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, esteve na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para conversar com diversos deputados estaduais sobre o orçamento do Ministério Público para 2014. Na proposta orçamentária encaminhada àquela Casa

pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), a previsão de aumento para o MP é de apenas 6,74%, percentual bem inferior ao previsto para o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), 10,34%, e para a Defensoria Pública de São Paulo 11,51%. “Não podemos aceitar essa diferença de tratamen-

to. Por diversas vezes, neste ano, a APMP solicitou à Procuradoria-Geral de Justiça a proposta orçamentária, para que fosse debatida e aberta a sugestões dos membros do Ministério Público antes de ser enviada ao governador, mas não fomos atendidos. Agora, cumpre à Associação o dever de sensibilizar os parlamentares sobre a necessidade de um orçamento digno para o MP”, comentou Felipe Locke Cavalcanti, que visitou diversos gabinetes de deputados na Alesp e conversou, entre outros, com Beto Tricoli (PV) e Marco Aurélio (PT). Ainda em outubro, foram iniciadas 20 audiências públicas sobre a proposta orçamentária do governador no interior do estado. Além da questão orçamentária, o presidente da APMP falou com os parlamentares da necessidade de um projeto de lei que conceda ao MP participação no Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário. Um estudo inédito que está sendo desenvolvido pela APMP apontou, por exemplo, que o percentual de queda da aplicação da Receita do Tesouro do Estado no Ministério Público (gasto com pessoal) teve queda significativa de 33,75% entre 2004 e 2013.

Estadão: ‘MPs sofrem intervenção política’

Em sua edição de domingo, 13 de outubro, o jornal O Estado de S.Paulo afirmou, em reportagem especial publicada na página H3, que “os Ministérios Públicos sofrem flagrante intervenção política” no Brasil e que tal situação é “mais visível nos Estados que no âmbito federal”. O título da reportagem, “Dois terços dos inquéritos policiais não apontam nem autor nem mandante”, refere-se a um levantamento feito pelo jornal numa lista de assassinatos não esclarecidos.

Essa ineficiência apurada pela reportagem foi apontada como sendo consequência direta da referida “intervenção” do Poder Executivo nos Ministérios Públicos. A reportagem foi assinada pelo jornalista Leonencio Nossa.

“A falta de estrutura e condições de investigação não é o único empecilho para a elucidação de crimes de mando”,

observa o Estadão.

“Tanto delegados civis, responsáveis pela fase inicial das investigações e subordinados ao secretário estadual de Segurança Pública, quanto promotores estão vinculados às ações e decisões do governador. Cabe a ele confirmar o interesse em aprofundar uma investigação. A interferência do chefe do Executivo local no Ministério Público é mais visível nos Estados que no âmbito federal. Nos Estados, o governador não precisa consultar o Legislativo para escolher um nome de uma lista tríplice para o cargo de procurador-geral de Justiça”, acrescenta o texto.

Por fim, a reportagem do jornal O Estado de S.Paulo observa: “Outro empecilho para a ação das promotorias é que em boa parte dos municípios promotores são sempre vistos como adversários por grupos de oposição a governos estaduais”.



Foto: Fábio Foj/APMP

O Ministério Público foi homenageado em sessão solene na Assembleia Legislativa no dia 18 de outubro. No evento, de iniciativa do deputado estadual Fernando Capez (PSDB), a APMP foi representada pelo presidente Felipe Locke Cavalcanti e os diretores Paulo Juricic, Renato Kim Barbosa e Tiago de Toledo Rodrigues. Estavam presentes o procurador-geral de Justiça Márcio Elias Rosa e o ex-procurador-geral de Justiça Paulo Salvador Frontini.

Telejornal APMP News marca estreia da TV Web para os associados no site

Boletim informativo em vídeo cria novo canal de informação da APMP e dinamiza comunicação

Foto: Reprodução



Jornalista Dora Estevam entrevista o promotor de Justiça José Luiz Sanchez

A APMP lançou, em outubro, seu canal de TV Web, disponível no site da entidade. Com apresentação da jornalista Dora Estevam, o boletim informativo APMP News marca a estreia de um novo canal de informação. O objetivo é otimizar os setores de jornalismo e de audiovisual, mantendo a política de uso e valorização dos recursos próprios da APMP, sem ônus para os associados.

Três edições foram gravadas e dispostas para acesso no mês de outubro. Outros programas estão sendo preparados e em breve também estarão no site da Associação, como já acontece com os vídeos de apresentação das sedes Praiana e Campestre. “Queremos oferecer uma nova forma de conteúdo, enfatizando a transparência e o dinamismo das informações”, comenta o 1º tesoureiro da APMP, Marcelo Rovere.

“Por isso, a nova programação fará conexão com as principais redes sociais, como o Facebook e o Twitter, possibilitando que sejam vistos a qualquer momento em computadores, tablets e smartphones”, completa.

Christino repudia na TV afirmação de que MP vazou informações

O 1º secretário da APMP, Marcio Sérgio Christino, participou no dia 15 de outubro do programa “Entre Aspas”, da Globo News. Quando a apresentadora Mônica Waldvogel comentou sobre a rejeição, pela Justiça, da transferência de 14 denunciados no grande processo contra o crime organizado em curso em São Paulo para regime diferenciado de detenção, o coronel da reserva da Polícia Militar José Vicente da Silva Filho, professor do Centro de Altos Estudos de Segurança da corporação, afirmou: “Algo indica que o Ministério Público ficou revoltado com essa ação do juiz e vazou informações à imprensa.” Christino rebateu: “Repudio a afirmação. Se o senhor tem informação de que alguém fez isso, devia levar ao procurador-geral de Justiça, para que ele tome as providências necessárias. O Ministério Público é uma instituição, ele não se revolta.”

Foto: Reprodução



Coronel José Vicente e Márcio Sérgio Christino com Mônica Waldvogel

Programa ‘Ideias em Debate’ entrevistou o presidente da APMP

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e do Sindicato dos Comerciários de São Paulo (SECSP), Ricardo Patah, gravou entrevista com o presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, para o programa “Ideias em Debate” que foi exibido no dia 30 de setembro pela TV Aberta. Os temas abordados foram o funcionamento do Ministério Público, a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a doação feita pelo SECSP de 3 mil exemplares do livro “Gesto Significativo” (escrito por Marcos Pagliara) para a APMP, as manifestações populares nas ruas e a campanha vitoriosa para a derrubada da PEC 37. “Gostaria de agradecer o convite para participar do programa e dizer que a APMP caminha na mesma linha propositiva, em favor da sociedade, que o Sindicato dos Comerciários e a UGT”, afirmou Felipe Locke Cavalcanti.



Foto: Assessoria de Imprensa/APMP

O presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, com Ricardo Patah

Seminário debateu 25 anos da Constituição Brasileira

Evento idealizado pelo MPD e realizado pela APMP reuniu diversas autoridades e personalidades em painéis de debate



Fotos: Fabio Foja e Rodrigo Alencar/APMP

Felipe Locke Cavalcanti, Roberto Livianu, Heródoto Barbeiro e Cláudio Abramo durante um dos debates

O auditório da Sede Social da APMP, no Largo São Francisco, abrigou no dia 8 de outubro o seminário “Ciclo de Debates do Ministério Público nos 25 anos da Constituição Federal”. O evento, idealizado e coordenado pelo Movimento do Ministério Público Democrático (MPD), com realização e organização da APMP, teve como painel de abertura “Fiscalização de Políticas Públicas”, com participação de Jarbas Soares Júnior, integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça e membro da Comissão Nacional da Verdade, Dalmo Dallari, professor catedrático da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Comissão Internacional de Juristas, e Plínio de Arruda Sampaio, deputado federal constituinte e relator do capítulo sobre o Ministério Público na Constituição.

O debate foi mediado por Roberto Livianu, presidente do MPD, e teve participação do 1º secretário da APMP,

Márcio Sérgio Christino. Depois, o painel “Ministério Público e suas relações com os poderes de Estado” reuniu o deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ), o professor de Ética e Filosofia Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Roberto Romano, e o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj), Luciano Mattos.

Já no período da tarde ocorreram debates sobre “Controle do Ministério Público”, com os jornalistas Heródoto Barbeiro, da TV Record News, e Cláudio Abramo, diretor da ONG Transparência Brasil, com mediação do presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, e “Balanço da atuação do MP nos 25 anos da Constituição Federal”, com o tesoureiro da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), José Silvério Perdigão de Oliveira, o ex-procurador-geral de Justiça Luiz Antonio Guimarães Marrey, nova participação de Plínio de Arruda Sampaio, além da cientista polí-

tica da Universidade de São Paulo (USP) Maria Teresa Sadek e da diretora de Patrimônio da APMP, Fabíola Moran Faloppa.

O encerramento do seminário ocorreu com a palestra “Ministério Público contemporâneo”, proferida por Antônio Cluny, procurador-geral adjunto perante o Tribunal de Contas de Portugal e presidente da entidade Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdade (Medel). Também prestigiaram o seminário a secretária de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Eloisa de Souza Arruda, o subprocurador-geral de Justiça Arnaldo Hossepian, o ex-procurador-geral de Justiça Rodrigo César Rabello Pinho, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o vice-diretor da Escola Paulista da Magistratura (EPM), José Raul Gavião de Almeida, e a presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas (Ampal), Adilza Inácio de Freitas. Ao término, houve um coquetel oferecido pela APMP em seu restaurante.



Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Marcio Christino, Roberto Livianu, Eloisa de Souza Arruda, José Raul Gavião de Almeida e Adilza Inácio de Freitas



José Perdigão de Oliveira, Luiz Antonio Guimarães Marrey, Roberto Livianu, Plínio de Arruda Sampaio, Maria Teresa Sadek e Fabíola Moran Faloppa



Jarbas Soares Júnior, Marcio Christino, Roberto Livianu, José Carlos Dias e Dalmo Dallari



Luciano Mattos, Roberto Livianu, deputado Alessandro Molon e professor Roberto Romano



Antônio Cluny, procurador-geral adjunto perante o Tribunal de Contas de Portugal e presidente da Medel

Dia das Crianças reuniu mais de 350 pessoas na Sede Campestre

Festa atraiu mais de 90 crianças menores de sete anos, além de adolescentes e familiares

Foto: Rodrigo Alencar/APMP



Evento, no dia 6 de outubro, teve como tema 'Os Smurfs'

A festa do Dia das Crianças realizada pela APMP no dia 6 de outubro, domingo, com o tema "Os Smurfs", reuniu mais de 350 pessoas na Sede Campestre. Somente os menores

de sete anos, isentos de pagamento, foram 93. O evento atraiu também dezenas de adolescentes e familiares.

Durante todo o dia, crianças e adultos se divertiram com várias atra-

ções. Além de personagens fantasiados e brinquedos, havia barracas com diversos tipos de alimentos. O evento foi organizado pela diretora do Departamento de Eventos, Paula Lamenza.

Dia Especial da Saúde teve serviços e exames gratuitos

Foto: Fábio Foja/APMP



Exames de glicemia e colesterol foram realizados com resultado imediato

O Dia Especial da Saúde realizado pela Associação Paulista do Ministério Público (APMP) na Sede Executiva e no Fórum Criminal da Barra Funda, nos dias 22 e 23 de outubro, atendeu gratuitamente mais de 300 pessoas com serviços de

medição de pressão arterial e massagem e exames de glicemia e colesterol, com resultado imediato, entregue em mãos – com equipe de profissionais das operadoras Lincx e Sollus. As atividades, que integraram a reestruturação do Departamento Médico, foram encerradas na quinta-feira, 24, com uma palestra de José Luiz Toro da Silva, consultor da Sollus, no auditório da Sede Social. O Departamento Médico tem como diretor Luiz Roberto Cicogna Faggioni e como gerente Gledson Maia.

A repercussão entre os participantes do Dia Especial da Saúde foi a melhor possível. "Foi uma medida importante para alertar sobre a nossa condição de saúde e tomar as medidas cabíveis. A Associação está de parabéns", elogiou o procurador de Justiça José Luiz Aliche. "A iniciativa da APMP é excelente. Hoje em dia, a saúde é a melhor riqueza que podemos ter", acrescentou o promotor de Justiça aposentado José Carlos dos Santos Cariani. "É extremamente importante. Sempre é melhor prevenir do que remediar", afirmou o promotor de Justiça Marcelo Orlando Mendes.